

A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Preço: 1 euro
Solidariedade: 2 euros

N.º 22 · JULHO/AGOSTO · 2020

A juventude e os trabalhadores levantam-se

CONTRA O RACISMO E O CAPITALISMO

SANEAMENTO DE RACISTAS E FASCISTAS DA POLÍCIA

CONTROLO DEMOCRÁTICO SOBRE AS FORÇAS DE SEGURANÇA

DIREITOS IGUAIS PARA IMIGRANTES E NACIONAIS





A “unidade nacional” esconde uma nova onda de austeridade. Abaixo a conciliação de classes! Que os capitalistas paguem pela crise!

A pandemia do novo coronavírus continua a alastrar-se pelo mundo a um ritmo alarmante. Nos EUA, a catástrofe é inegável; na América Latina, é no Brasil que a tragédia ganha os contornos mais grotescos sob o governo de extrema-direita de Bolsonaro; em África, a situação sul-africana piora velozmente e evidencia os riscos em todo o continente; também a Índia, sob o governo ultra-reaccionário de Narendra Modi, deixa cada vez mais claro o que significa esta pandemia para as massas pobres de operários e camponeses da Ásia, onde até a China é surpreendida por uma nova e súbita onda de infecções. Na Europa, onde vários governos declaram que o pior já havia passado, o desconfiamento imposto pelos grandes capitalistas — desejosos de voltar à “normalidade” de exploração e acumulação — está agora a precipitar uma segunda onda de infecções que, sem o regresso a medidas de confinamento, ameaça ser pior do que a primeira onda, aquela que devastou a Itália, a França e o Estado espanhol deixando um rasto de dezenas de milhares de mortos. As fanfarras do capitalismo mundial, definham e caem agora, meros de três meses depois de serem anunciadas.

A nova crise do capitalismo, que já ultrapassa não só a Grande Recessão de 2008 como ainda o *crash* de 1929, avança e deixa todas as burguesias divididas perante o problema de *como* enfrentar um problema que não podem evitar nem entender. Cada burguesia nacional procura, antes de mais, exportar as piores consequências políticas desta crise económica, como tão graficamente demonstra a luta intestina na União Europeia. Por cima destes choques, no entanto, há uma questão na qual a unidade das variadas burguesias é absoluta: agora, tal como em 2008, querem que sejam os trabalhadores e os pobres a pagar pela crise. Por todo o mundo é declarada uma guerra à classe trabalhadora e aos oprimidos, e por todo o mundo a nossa classe responde com as armas que tem à sua disposição.

O governo PS: um governo da burguesia e para a burguesia

«O executivo do Estado moderno não é mais do que uma comissão para administrar os negócios colectivos de toda a classe burguesa.»

Karl Marx e Friedrich Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, 1848

Em Portugal, as perspectivas iniciais eram de uma queda anual abaixo dos 10%, se-

gundo Centeno. As actuais são de uma queda entre os 9% e os 13% do PIB nacional e de uma taxa de desemprego entre os mesmos valores percentuais, dependendo da existência e da severidade de uma segunda onda do novo coronavírus. Entretanto, a dívida pública disparou novamente para recordes históricos e o tão badalado excedente orçamental conseguido por Centeno — carinhosamente apelidado de “Ronaldo das finanças” nos jornais e telejornais — esfumou-se no espaço de dias.

Desde o início da crise que o governo foi muito claro em relação às suas prioridades. As verbas sistematicamente negadas aos serviços públicos, ao aumento real dos salários ou a uma resposta consequente à dramática crise de habitação foram esbanjadas num ápice para garantir os lucros da burguesia. Falamos de mais de 9.000 milhões de euros, no conjunto das medidas. Desta enorme quantia, a pequena-burguesia viu algumas migalhas... e a classe trabalhadora não viu nada.

A facilitação do lay-off, medida de ouro para “proteger o emprego”, não só não impediu o aumento explosivo do desemprego como representou ainda um brutal assalto à classe trabalhadora. Foram sobretudo as grandes empresas que bene-

ficiaram da medida, tendo cerca de 55% das mesmas recorrido ao lay-off, enquanto que entre as chamadas micro empresas esse número é de apenas 7,4%. Existem, neste momento, mais de 850 mil trabalhadores em lay-off. Quanto ao desemprego, só entre Março e Abril 115 mil trabalhadores inscreveram-se nos centros de emprego. Em termos homólogos, no mês de Abril, o desemprego cresceu 50% em 40 concelhos e 25% noutros 102.

Não é, assim, de estranhar que todas as associações patronais tenham apoiado a medida e pressionem o governo para a sua manutenção enquanto levam a cabo despedimentos colectivos e distribuem chorudos dividendos aos seus acionistas. O governo, ao invés de proibir os despedimentos, anunciou a prorrogação do lay-off simplificado até Julho, ao mesmo tempo que mantém a caducidade da contratação colectiva e a recusa de reduzir a jornada de trabalho para as 35 horas para todos os trabalhadores.

O discurso de “unidade nacional” esconde uma nova ofensiva contra a classe trabalhadora

Os últimos meses foram marcados por uma propaganda intensa sobre a “unidade de

todos os portugueses contra o vírus”. Amparados tanto à direita como à esquerda, Marcelo e Costa são os rostos desta suposta unidade de interesses. À direita, Marcelo conseguiu finalmente cumprir o sonho reaccionário de Cavaco, agregando à sua volta o bloco central que se prepara para o instalar em Belém por mais meia década. À esquerda, os dirigentes da esquerda parlamentar comportam-se cada vez mais como ministros sem pasta do governo, zelando pela sua estabilidade a qualquer custo.

À sombra do “combate à pandemia” foi desencadeado um ataque feroz aos direitos e às condições de vida da classe trabalhadora. O Estado de Emergência, que proibiu as greves mas não os despedimentos, nunca teve como objectivo a protecção da saúde pública, mas antes a criminalização da resistência dos trabalhadores contra os abusos patronais que continuam a ser respaldados pelo governo. O apoio das direcções da esquerda parlamentar a este ataque aos direitos democráticos não foi menos que criminoso. Agora, o governo procura manter essas medidas repressivas através do “Estado de Calamidade” e outros subterfúgios legais. A ofensiva aos nossos direitos democráticos conta com o apoio de toda a burguesia que, através dos seus meios de comunicação, ataca diariamente o direito de manifestação, fazendo comparações espúrias com todo o tipo de festas e eventos religiosos. Há que lutar contra toda e qualquer restrição ao nosso direito de manifestação, reunião e greve!

A hipocrisia torna-se evidente a cada manhã que somos obrigados a usar transportes sobrelotados ou a trabalhar sem condições de higiene e segurança. Chegamos ao absurdo de ser obrigados a trabalhar em locais de trabalho onde se sabe haver casos de infecção. E os trabalhadores precários, na sua maioria jovens, mulheres e imigrantes, estão na primeira linha de exposição ao vírus. Sentimos agora em toda a sua brutalidade as contra-reformas ao código laboral, a “Lei Cristas” — a liberalização total do mercado imobiliário e das rendas — e a negligência das burocracias sindicais. Assim se explica que o desconfiamento esteja a afectar com particular violência a área metropolitana de Lisboa e a chegar cada vez mais à população jovem. E por cima de tudo isto, os estudantes foram obrigados a regressar às aulas em escolas degradadas pelo subfinanciamento crónico da Educação.

Em todas as áreas, o investimento público manter-se-á a níveis anémicos. A cada choque com o patronato, a cada movimento dos trabalhadores e da juventude, a cada greve num local de trabalho, a máscara do governo PS vai estalando, por muito que as direcções reformistas do PCP e do BE se esforcem por lhe retocar o verniz.

A burguesia avança com um brutal ataque contra as mulheres: a legalização do proxenetismo

Em tempos de crise, é muito útil à burguesia uma massa crescente de desempregados — aquilo que Marx chamou de exército industrial de reserva — que compete por cada miserável posto de trabalho e, assim, rebaixa os salários de toda a classe trabalhadora, ou seja, aumenta a taxa de exploração e engorda os lucros dos capitalistas. As mulheres trabalhadoras são as primeiras a ser arrematadas neste exército. É evidente que a paralisação da economia capitalista afecta com particular violência. São as mulheres trabalhadoras quem ocupa os trabalhos mais precários no sector dos serviços, na restauração, no turismo, na limpeza industrial, etc. São elas as primeiras a sofrer com o desemprego, as primeiras a quem a família impõe o cuidado dos filhos e o aumento das tarefas domésticas. Não é por acaso que a violência machista cresceu nos últimos anos, durante o desmantelamento do Estado social e com a crise de habitação. E tampouco é por acaso que essa violência viu uma explosão em 2020, com o confinamento e o desemprego.

Como em todas as crises capitalistas, a exploração sexual das mulheres espa-

lha-se e aprofunda-se. Em Portugal, os capitalistas do sector mais afectado pela crise, o turismo, olham para esta catástrofe social como uma nova oportunidade para avançar com um projecto que com que sonham há vários anos: a legalização do proxenetismo. Com o sector turístico em colapso, o turismo sexual é o mercado que estes capitalistas vêem como alternativa para os seus investimentos — um mercado com claras condições para se expandir entre a miséria de centenas de milhares de mulheres pobres, especialmente se a exploração sexual for legalizada. Assim se compreende que Ana Loureiro, uma proxeneta, possa levar uma petição à Assembleia da República para exigir a legalização do lenocínio, e ainda defender esta proposta com afirmações racistas e xenófobas contra as mulheres brasileiras.

O Estado burguês, o mesmo que espanca e assassina jovens negros sistematicamente, o mesmo que condena a penas de prisão efectivas milhares de pobres que cometeram crimes não-violentos, o mesmo que rompe piquetes de greve com a polícia de choque e persegue grevistas sob ameaça de prisão e espancamento, estende agora um tapete vermelho a uma criminosa que faz da violação de mulheres pobres o seu negócio. A mesma comunicação social burguesa que vilaniza as prostitutas e celebra a objectificação das mulheres e o machismo, faz agora carinhosas reportagens sobre “trabalho sexual”.

Por fim, uma certa “esquerda” — particularmente entre as direcções do Bloco de Esquerda e do PS — que se reclama feminista e defensora das trabalhadoras, celebra agora uma proxeneta racista e apoia a sua proposta de lei, que mais não é do que a legalização do proxenetismo. Ao invés de usar toda a sua força para organizar as mulheres trabalhadoras e lutar consequentemente por trabalho, habitação, saúde e educação, esta “esquerda” diz às mulheres trabalhadoras e pobres que o problema é estarem a ser violadas sem descontar para a segurança social. E isto no momento em que rebenta a maior crise da história do capitalismo, com as consequências que já explicámos. Não pode haver uma política mais rasteira e desprezível do que esta — facilitar a expansão da compra e venda de mulheres, com tudo o que esta implica, desde o tráfico humano à exploração sexual de crianças.

A luta da Esquerda Revolucionária não é pela regulamentação do proxenetismo, é pelo fim da exploração sexual, por uma sociedade na qual nenhuma mulher tenha de vender o corpo para poder comer ou ter um tecto!

Romper com a conciliação de classes! É preciso uma política da classe trabalhadora, independente e combativa!

As direcções do BE e do PCP, assim como a da CGTP, seguiram até aqui uma política de conciliação de classes, dizendo-nos que o governo PS representava o fim da austeridade e o início de uma nova era de melhorias graduais e seguras para a classe trabalhadora. Procuraram de todas as formas transformar as organizações que dirigem em meros aparelhos de estabilização do governo de Costa. Mostrando-se “responsáveis” e imbuídos de “sentido de Es-

lado”, pretendiam aumentar os seus lugares no parlamento, nas autarquias e nos restantes órgãos do Estado, eleição após eleição. Falaram-nos de “puxar o PS para a esquerda”, de “ganhar a maioria social”, de um “tempo novo” e de tantos outros disparate. E para manter a coesão apesar desta política, precisaram, por um lado, de perseguir e atacar todos os militantes que denunciavam os efeitos desastrosos dessa política; por outro lado, foi-lhes necessário fomentar o máximo de sectarismo entre as organizações da esquerda, procurando impedir qualquer unidade nas lutas.

Foram capazes de prolongar esta farsa por todo o período de débil crescimento económico sem sofrer as consequências mais nefastas imediatamente, mas o crescimento acabou. Abate-se agora sobre o mundo a maior depressão da história do capitalismo, e as celebradas “vitórias” que nos apresentaram os doutores da democracia, a partir dos seus gabinetes e assentos parlamentares, esfumam-se no espaço de alguns dias, deixando incontáveis milhares de famílias trabalhadoras na pobreza para que um punhado de capitalistas possa continuar a enriquecer mesmo durante uma pandemia.

A verdade é que o governo de Costa, como qualquer governo burguês, funciona como uma “comissão para administrar os negócios colectivos de toda a classe burguesa”. O PS não deu um único passo para a esquerda, foram o BE e o PCP quem correu milhas para a direita. E a falsidade da política seguida por estas direcções é agora por demais evidente. A geringonça não nos serviu para nada.

Isto é assim porque a força da classe trabalhadora nunca estará no parlamento e no circo da “democracia” burguesa. A força da classe trabalhadora está na sua organização independente e na luta de massas, combativa e consequente, nas ruas, nos bairros, nos locais de trabalho, com métodos como a manifestação, a greve, a ocupação, a greve geral e restantes métodos de luta que já deram provas da sua eficácia ao longo da história.

Há que usar estes métodos combatendo sempre o sectarismo, unindo a juventude e os trabalhadores em todas as lutas e movimentos sociais — como o movimento feminista, o anti-racista, o climático — à volta de um programa comum e verdadeiramente socialista! Levantar como bandeiras de luta a nacionalização de todos os sectores chave da economia sob controlo dos trabalhadores, a expropriação dos grandes proprietários e especuladores imobiliários, um plano de habitação social acessível, um plano de pleno emprego, um plano de transição energética, a criação de sistemas de saúde, educação e transportes públicos e completamente gratuitos.

E tudo isto só é possível rompendo decididamente com o governo e a conciliação de interesses inconciliáveis. A crise não pode ser contornada com “unidade nacional”! A crise capitalista tem um preço altíssimo. Trata-se de determinar, na luta de classes, quem pagará esse preço: a classe trabalhadora ou a classe capitalista.

Que os capitalistas paguem pela crise!

Junta-te à Esquerda Revolucionária!

Está na hora da organização e da luta!

**ESQUERDA
REVOLUCIONÁRIA**

Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e contróia conosco as forças do marxismo internacional!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

📍 @esquerdarevolucionaria.centelha 📺 @esquerda.revolucionaria 📢 @EsqRev



A terra a quem a trabalha!

A precariedade e a exploração dos trabalhadores imigrantes na agricultura.

João Gorizia
Comité Executivo da Esquerda
Revolucionária

O crescimento da agricultura no sul do país fez disparar, nos últimos anos, a exploração de trabalhadores imigrantes e o tráfico humano. Com a pandemia, condições de vida e de trabalho que já eram em si mesmas uma crise social e sanitária tornaram-se ainda piores.

Agricultura em crescimento, força de trabalho em falta

O sector agrícola conheceu uma expansão muito significativa na última meia década. De acordo com o PORDATA, entre 2012 e 2018, a formação de capital fixo na agricultura cresceu 29%, totalizando 1.023 milhões de euros, e, em 2017, este sector foi avaliado em 7.500 milhões de euros. O grande capital do sector, que representava apenas 2,4% das empresas em 2016, explorou quase 60% da superfície agrícola utilizada; além disso, a dimensão média das explorações tem vindo a aumentar, bem como a presença de capital imperialista — seis fundos financeiros detêm 65% do olival no Alqueva.

Este crescimento e concentração de capital registou-se principalmente no Alentejo. A região concentra perto de 58% da su-

perfície agrícola do país e as explorações têm uma média de 59 hectares de área — 8 vezes a extensão média registada no norte e centro de Portugal. Apesar do agravamento da seca e desertificação, a região alentejana aumentou a sua produção agrícola graças aos projectos de regadio. O Perímetro de Rega do Mira e a Barragem do Alqueva tornaram-se verdadeiros oásis, permitindo o desenvolvimento de várias culturas: frutos vermelhos, uva de mesa, olival intensivo, amêndoa, entre outras. Os dados mais recentes são de 2016 e indicavam 604.511 assalariados agrícolas, dos quais 484.982 a tempo parcial.

O único problema que se colocou aos capitalistas foi o da força de trabalho. Além de poucos trabalhadores em idade activa permanecerem nas zonas rurais, os trabalhadores autóctones são impossíveis de submeter às condições brutais de exploração que são indispensáveis aos lucros deste sector. Foi por isso que os patrões recorreram a trabalhadores imigrantes, pobres, “ilegais” — portanto, sem direitos —, que não sabem falar português, que, enfim, estão nas piores condições possíveis para responder à violência do patronato.

Os novos jornaleiros

As condições de trabalho dos imigrantes na agricultura são em tudo semelhantes

às dos jornaleiros agrícolas durante o fascismo: contratos sazonais, mal pagos, sem protecção social ou sanitária, obrigando estes trabalhadores a palmilhar o Alentejo e o Algarve ao sabor das campanhas agrícolas.

Os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de 2019 indicam que cerca de 12.700 imigrantes residiam no distrito de Beja. Este valor diz respeito unicamente aos trabalhadores documentados. Por isso, uma estimativa mais real aponta para mais de 30 mil trabalhadores imigrantes, a grande maioria originários do Nepal, Bangladesh e Índia, mas também do Paquistão, Moldávia, Roménia, Brasil, Senegal ou Guiné-Bissau.

Quando não são angariados por máfias que os escravizam através de dívidas, são recrutados por empresas de trabalho temporário (ETT) que não oferecem qualquer protecção uma vez acabada a campanha agrícola. São práticas comuns o assédio laboral e o roubo do salário e dos descontos para a Segurança Social por parte de ETTs que “desaparecem” de uma hora para a outra. Nalgumas explorações são utilizadas milícias privadas que mantêm os trabalhadores sob coacção.

Os ritmos de trabalho são extenuantes, com temperaturas altíssimas, jornadas longas e trabalho pago à peça. Do salário ainda é descontado o alojamento, o transpor-

te e a alimentação, com cálculos feitos ao prazer dos patrões. Várias dezenas de pessoas são alojadas em contentores exíguos e insalubres nas propriedades agrícolas. Por vezes, relatos como o que mencionava 55 pessoas a viver dentro de um T3 com uma única cozinha e casa-de-banho chegam à imprensa.

São estas as condições enfrentadas pela camada mais precária e desprotegida da classe trabalhadora — os trabalhadores imigrantes do sector agrícola.

O Estado burguês mantém os imigrantes na clandestinidade

A única resposta que o Estado tem para os trabalhadores imigrantes é a manutenção da precariedade, a repressão e a clandestinidade. As condições exigidas pelo SEF para autorização de residência são impossíveis de cumprir para a maioria: provar a entrada legal no país, descontar para a segurança social ou pura e simplesmente ter alguma relação contratual com o patrão.

O débil capitalismo português não sobrevive sem a sobre-exploração da força de trabalho imigrante ou descendente de imigrantes. Para a burguesia, é essencial ter acesso a uma camada de proletários que seja fácil de despedir e esteja suficientemente desesperada para aceitar trabalhar

na semi-clandestinidade, sem contratos, sem protecção social... e até mesmo num regime análogo à escravatura. É por isto que o Estado burguês nega os direitos democráticos a esta parte da classe trabalhadora e permite que as máfias que traficam imigrantes, não só para a agricultura como também para a prostituição, continuem a operar impunemente no país — como na União Europeia — há décadas.

O estatuto de “cidadãos de segunda” atribuído aos imigrantes actua ainda em benefício da burguesia de uma outra forma: divide a classe trabalhadora segundo linhas étnicas ou nacionais, dificultando a união contra o inimigo comum — a burguesia.

Em situações de desemprego e crise, os imigrantes são utilizados como bodes expiatórios para os problemas sociais que toda a classe trabalhadora enfrenta. Quem agita esta bandeira é principalmente a extrema-direita, acusando-os, por um lado, de roubar o trabalho aos nacionais e, por outro lado, de serem preguiçosos e indigentes. Não basta entender que esta retórica é mentirosa e demagógica, é necessário compreender o papel que joga na sociedade.

A extrema-direita não tem interesse em expulsar os imigrantes ou descendentes de imigrantes. Como dissemos, ela precisa destes trabalhadores. O seu discurso pretende unicamente manter os trabalhadores imigrantes numa posição inferior à da restante classe. Consequentemente, não só se cria uma pressão de rebaixamento geral dos salários como ainda uma pressão de rebaixamento geral dos direitos laborais. Não é surpreendente, assim, que os latifundiários que lucram dezenas de milhares na apanha da azeitona financiem os partidos da direita e da extrema-direita.

A pandemia no campo

Nas estufas do Algarve e litoral alentejano milhares de trabalhadores amontoam-se na apanha de frutos vermelhos, um trabalho minucioso e intensivo. Quando se registou o primeiro caso de coronavírus no Algarve, a 16 de Março, soaram os alarmes e cerca de 70 trabalhadores imigrantes foram colocados em quarentena numa escola pública de Faro. Em São Teotónio, distrito de Beja, mais 17 entraram também em quarentena. A situação ficou, até agora, muito longe das piores previsões, mas apenas porque houve uma relativa contenção do surto a nível nacional, com uma incidência mais a norte, e porque estes trabalhadores se encontram extremamente isolados, quase sem contacto com as outras camadas sociais. No entanto, o nível de informalidade e o número de imigrantes não documentados torna difícil conhecer a abrangência real do contágio. O certo é que será pior do que o registado e que o risco de uma catástrofe se mantém inalterado.

A sobrelotação dos contentores, onde a grande maioria dos assalariados agrícolas vive, a falta de condições sanitárias e o transporte para as explorações agrícolas ou para as estufas que é efectuada em autocarros lotados e sem qualquer distanciamento são garantias de que um único caso positivo significa uma propagação quase imediata a todos os trabalhadores de uma mesma exploração.

Entretanto, devido à quebra das exportações e das vendas de alguns produtos, ao perigo de infecção juntaram-se o desemprego e a fome. Após a campanha da azeitona, que terminou em Fevereiro, muitas ou-

tras explorações fecharam — frutos vermelhos, flores, etc. — e os trabalhadores foram deixados à sua sorte. Há relatos de trabalhadores abandonados em explorações onde ficaram duas semanas a sobreviver comendo apenas melão.

Sem subsídio de desemprego ou qualquer ajuda, estima-se que muitos milhares se encontrem em situação de fome. Multiplicam-se as filas para a caridade em Beja enquanto os empresários e latifundiários recebem milhões de euros do governo.

O programa da esquerda reformista não tem solução para os trabalhadores imigrantes

Desde há várias décadas que a política das associações de imigrantes, dos sindicatos e dos partidos da esquerda reformista — quando não é a de ignorar por completo existência destes trabalhadores — é indistinguível da actuação das chamadas “organizações não governamentais” (ONG). A saber: pedir, no parlamento e restantes órgãos da democracia burguesa, que o Estado regularize a situação dos trabalhadores imigrantes — mais fiscalização, melhores condições de trabalho e mais meios para o SEF. Em suma, pedem mais regulação do capitalismo. Confiar nos órgãos do Estado burguês para fiscalizar a classe trabalhadora é desarmá-la e colocá-la à mercê dos interesses da classe capitalista.

Rejeitamos que sejam concedidos mais meios ao SEF e às polícias que espancam e assassina trabalhadores negros e imigrantes. Defendemos a abolição do SEF e a legalização imediata de todos os imigrantes actualmente em solo português!

Relativamente às campanhas pela legalização dos trabalhadores agrícolas imigrantes, a associação Solidariedade Imigrante tem promovido nos últimos anos várias manifestações em Lisboa, sobretudo de imigrantes originários do Bangladesh, Índia e Nepal. Os resultados desta forma de protesto têm sido poucos: acelerar alguns processos de legalização individuais, mantendo o problema de fundo.

O Bloco de Esquerda e o Partido Comunista limitam-se a denunciar pontualmente as condições de trabalho e de habitação e a pedir postostas do governo, sem jamais avançar com os vastos meios de que dispõem para impulsionar a organização destes trabalhadores e para construir uma campanha de massas que conquiste reais melhorias nas condições de vida e de trabalho do sector agrícola.

Por seu lado, os sindicatos têm ignorado os trabalhadores imigrantes durante décadas, cedendo ao racismo das camadas mais atrasadas da classe trabalhadora e da pequena-burguesia. Este sindicalismo burocrático, feito no gabinete “das 9 às 5”, é incapaz de arrancar vitórias quando a única solução possível é a organização e a luta de massas, feita não só em ruptura como em choque directo contra o Estado burguês e o sistema capitalista.

É preciso dizê-lo: as direcções reformistas são incapazes de apresentar um programa para os trabalhadores imigrantes porque se integraram completamente no regime de democracia burguesa. Estes oportunistas sabem que a luta a fazer para transformar realmente a vida dos trabalhadores imigrantes e descendentes de imigrantes compromete a ordem capitalista nacional e coloca em cheque os seus próprios privilégios enquan-

to mediadores da luta de classes.

Como marxistas, não podemos senão rejeitar esta política de conciliação de classes. É preciso romper com a esquerda pequeno-burguesa e o seu programa reformista completamente estéril.

É a hora da organização dos trabalhadores agrícolas!

A necessidade de organização dos trabalhadores enquanto trabalhadores — e não enquanto “cidadãos” — é absoluta. Os métodos de luta utilizados até agora têm se revelado claramente insuficientes. À política legalista e conciliatória das ONGs e associações pluriclassistas é necessário opor os métodos proletários de luta, como a greve, o bloqueio e a auto-defesa; e um programa para a classe trabalhadora que tenha como reivindicação central a nacionalização de toda a grande propriedade fundiária, ou seja, a concretização da reforma agrária que foi iniciada pelos assalariados rurais num movimento revolucionário de massas em 1975 e abortada pela contra-revolução capitalista que se seguiu e criou a actual situação.

Para isto, antes de mais, é necessário que os sindicatos de todos os sectores estabeleçam como objectivo a integração dos trabalhadores mais precários, oprimidos e imigrantes nas suas fileiras. O racismo e a xenofobia devem ser consciente e constantemente combatidos dentro das organizações da classe trabalhadora sob pena de estas sucumbirem a pressões oportunistas e corporativas, participando elas mesmas na divisão da classe, como tem acontecido repetidamente.

No sector agrícola, especificamente, a situação de precariedade e escravidão que estes trabalhadores enfrentam não pode ser utilizada como desculpa para não dedicar recursos e militância à organização dos assalariados. É preciso constituir comités de acção que exijam, com greves, salários e habitação condignos. E se as máfias que escravizam milhares de imigrantes não hesi-

tam em utilizar a força bruta contra a organização dos trabalhadores, então está claro que a única solução é a auto-defesa. A formação de comités de auto-defesa para expulsar das terras os capatazes e a máfia esclavagista é uma necessidade evidente. O Estado burguês não só ignora estas máfias como é cúmplice delas.

A luta contra a exploração é de toda a classe trabalhadora e sairá fortalecida com a verdadeira união de classe por cima de quaisquer divisões raciais ou nacionais.

A luta contra o capital é internacional!

A Esquerda Revolucionária opõe-se a qualquer política de fecho de fronteiras. Somos contra o abandono dos nossos irmãos de classe às mãos de traficantes, de latifundiários ou dos próprios Estados europeus que deixam milhares de imigrantes morrer às portas da União Europeia, afogados no Mediterrâneo ou vítimas da fome e das mais variadas doenças atrás de vedações e muros com arame farpado e guardas armados.

Os que prosperam com um discurso que faz dos trabalhadores mais explorados e oprimidos o bode expiatório deste sistema, assim como aqueles que mantêm a exploração e o racismo intactos enquanto fazem belos discursos sobre democracia, só serão derrotados pela força organizada da classe trabalhadora.

O sistema capitalista expandiu-se a todos os cantos do planeta. Para o derrotarmos, também temos de estar unidos internacionalmente. E essa união começa precisamente por incluir todos os trabalhadores, independentemente da sua origem, na luta pelo socialismo.

Só uma sociedade socialista, em que a produção seja organizada de uma forma racional e sustentável para responder às necessidades de todos, poderá acabar com a exploração, o racismo e a xenofobia.





EUA

Novo assassinato racista às mãos da polícia desencadeia um levantamento social por todo o país.

Declaração da Esquerda Revolucionária Internacional

A luta de classes é o caminho para derrubar Trump!

Na segunda-feira passada, 25 de maio, George Floyd, um trabalhador negro de 46 anos, foi cruelmente morto por um polícia na cidade de Minneapolis. No vídeo da sua detenção, pode-se ver como o agente, Derek Chauvin, pressionou o pescoço do trabalhador afro-americano com o joelho — uma prática proibida em grande parte do país, mas não no estado do Minnesota —, enquanto o imobiliza no chão durante nove minutos, apesar de este suplicar dizendo que não conseguia respirar. Outros três polícias contemplavam o crime, impassíveis. Floyd morreu horas depois, no hospital, e o seu homicídio foi a gota de água que fez transbordar o copo: uma levantamento social, com elementos típicos de insurreição, deflagrou inicialmente em mais de 25 grandes cidades do país, colocan-

do o governo de Trump contra as cordas.

O movimento espalha-se pelos EUA

Este novo episódio de violência policial racista — que soma um novo nome à lista interminável de jovens e trabalhadores afro-americanos assassinados por um aparato criminoso e protegido pelos poderes de Estado — provocou algo que a classe dominante estado-unidense temia há muito: a convergência, num mesmo movimento, de todas as contradições desde há muito em incubação na sociedade.

O desemprego massivo, causado por uma crise económica selvagem, combinou-se com a ausência de serviços sociais básicos e de uma saúde pública que proteja a vida da população; uma elite empresarial que acumula fortunas obscenas, mergulha dezenas de milhões de famílias na pobreza e na exclusão social enquanto os políticos de Washington aprovam planos de resgate para Wall Street. A pandemia do coronavírus só colocou a nu a po-

dridão do capitalismo estado-unidense: o país com mais mortes (o número pode chegar a 200.000 nas próximas semanas) e com um abismo entre as classes que não pára de aumentar.

Sob os slogans “No justice, no peace” e “Black Lives Matter”, os protestos começaram no dia seguinte ao homicídio de Floyd, em Minneapolis, onde milhares de pessoas saíram às ruas pacificamente e marcharam em direcção ao Departamento da Polícia segurando cartazes e exigindo justiça. A polícia respondeu disparando gás lacrimogénico e balas de borracha, mas a repressão brutal, continuando nos dias seguintes, não intimidou os manifestantes, que se defenderam legitimamente.

Trump ordenou o envio de 550 efectivos da Guarda Nacional para a cidade. No segundo dia de confrontos, um manifestante foi morto a tiro pela polícia, entre cargas policiais com gás lacrimogénico. A coragem, a ousadia e a determinação de dezenas de milhares de jovens negros, latinos, brancos, asiáticos, de trabalhadores, até de idosos, tornaram-se visíveis para o mundo inteiro, graças às centenas de vídeos que circulam nas redes sociais. Nem toda a brutalidade policial, que foi aplicada à discricção e sem contemplanções, pôde impedir que uma das esquadras da cidade fosse queimada e que os polícias tivessem de fugir perante o avanço da população.

Estas imagens recordam-nos os grandes acontecimentos revolucionários em Santiago do Chile, em Bogotá, em Quito ou em Paris, nos últimos meses. São os oprimidos em pé de guerra contra um sistema assassino que não tem nada para nos dar excepto repressão, homicídio e a exploração mais implacável. Contra este tacho de ferro, está a erguer-se uma nova geração de combatentes e os capitalistas estão a percebê-lo com clareza.

Como esperado, a classe dominante e os meios de comunicação ao seu serviço iniciaram uma campanha de criminalização das mobilizações, desculpando os assassinos de Floyd e aqueles que, na Casa Branca, os protegem. A imprensa burguesa estado-unidense nem por um

segundo hesitou em censurar os manifestantes como “saqueadores” e “criminosos”. Um pivot da Fox News — seguidor fanático de Trump — declarou: “Os distúrbios são uma forma de tirania. Os fortes e violentos oprimem os fracos e desarmados. É opressão!”. Tudo isto depois de as forças policiais de 17 cidades terem realizado mais de 1.400 detenções.

Luta de classes em estado puro

Donald Trump reagiu a este conflito atirando gasolina ao fogo. O campeão da incompetência na crise sanitária, de tornar a saúde um negócio lucrativo para as multinacionais, o plutocrata que abandonou o seu povo para enriquecer a oligarquia financeira e empresarial, não hesitou em lançar uma mensagem belicosa, apelando a que se começasse os tiroteios o quanto antes e propondo a ilegalização imediata das organizações de esquerda e antifascistas que participaram activamente nos protestos.

E é precisamente esta atitude provocadora e desafiante que fez crescer massivamente as mobilizações por todo o país. O chicote da contra-revolução espicou a revolução. Em menos de quatro dias, trinta cidades, entre as quais Miami, New York, Los Angeles, Philadelphia, Atlanta, Dallas, Washington e muitas outras, encheram-se de dezenas de milhares de pessoas denunciando a brutalidade policial e lançando-se contra Trump e o seu governo. A raiva rebentou como um barril de pólvora.

Nem o recolher obrigatório estabelecido em mais de uma dezena destas cidades, governadas tanto por republicanos como por democratas, nem a crescente mobilização da Guarda Nacional — só no Minnesota, foram mobilizadas 13.000 tropas, a maior mobilização nos últimos 160 anos — conseguiram reprimir este impressionante levantamento.

A solidariedade que este movimento despertou entre a população, farta de tantas humilhações e empobrecimento, causa suores frios aos capitalistas estado-unidenses. Um exemplo significativo é a respos-

ta dos motoristas de autocarros que estão a desobedecer às ordens da polícia para transportar os detidos nos seus veículos. Assim se expressou um deles: “Como trabalhador dos transportes e membro do sindicato [ATU Local 1005], recuso-me a transportar a minha classe e a juventude radicalizada para a cadeia. [...] O protesto é completamente justificado e deve continuar até que se cumpram as suas exigências.”

O apoio às reivindicações e ao grito colocado no epicentro da batalha, “I can’t breathe” (Não consigo respirar), também foi ouvido em cidades como Londres, Paris, Berlim ou Auckland (Nova Zelândia), onde, no domingo passado se realizaram marchas e concentrações massivas contra o racismo e a brutalidade policial. O movimento está a ganhar uma dimensão internacional inspiradora.

As imagens deste choque entre classes convivem com as aterradoras cenas de mortos e infectados em plena pandemia de coronavírus. A disseminação da doença expôs a situação precária em que vive a maioria da classe trabalhadora e da juventude norte-americana e, mais especificamente, a população negra, que representa 13,4% dos habitantes dos Estados Unidos (327 milhões de pessoas).

Segundo dados compilados pelo Laboratório de Investigação APM, em 40 estados, os afro-americanos morrem a uma taxa quase três vezes superior à dos brancos. Nos três estados com a maior percentagem de população negra — Mississippi, Louisiana e Georgia — 70% das mortes por COVID19 são negros. Em Chicago, os negros comportam 73% das mortes, em Milwaukee, 81%, e o mesmo acontece na capital: 77% das mortes no Condado de Columbia, em New York, são de afro-americanos.

Não são casos excepcionais. Esta é a consequência da ausência de assistência pública de saúde, da segregação racial e económica da população afro-americana em bairros marginais e pobres, da lógica do capitalismo senil que condena a maioria à pobreza e à miséria. De acordo com dados de “Poverty in the USA” (Pobreza nos EUA), de 2016, a pobreza extrema afecta 26,2% da população negra e 23,4% da latina.

Um aparato de Estado racista ao serviço do capital e da elite branca

Esta explosão social nas ruas da primeira potência mundial assinala directamente o racismo orgânico das instituições da burguesia estado-unidense. A opressão racial está incrustada no ADN da polícia, dos tribunais e de todo o Estado capitalista.

Donald Trump é a expressão máxima deste supremacismo racial branco, capitalista e extremamente reaccionário. O seu “Make America Great Again” é a bandeira onde estão inscritos o racismo e a xenofobia, e a bandeira que não pára de agitar entre a sua base social: desde a construção do muro na fronteira com o México à sua autorização para disparar sobre os imigrantes mexicanos, aos seus constantes insultos contra muçulmanos ou à sua defesa de fascistas brancos que se manifestaram em defesa do Ku Klux Klan em 2017. É todo um longo historial.

O ódio aos trabalhadores e jovens ne-

gros e latinos é sem dúvida um selo de distinção de Donald Trump, mas não é novidade na Casa Branca. Foi na era Obama que os casos de jovens e trabalhadores negros assassinados pela polícia dispararam. O anterior presidente forneceu equipamento militar aos departamentos de polícia de todo o país, e esta é uma das causas que explica o aumento das mortes por violência policial.

O racismo é, sobretudo, uma questão de classe. O único delito de Eric Garner, Trayvon Martin, Mike Brown, George Floyd e de todos os mortos pela actuação da polícia foi ser negro e de classe trabalhadora. As forças de segurança, as suas leis e a sua justiça estão ao serviço dos interesses da classe dominante, dos banqueiros e empresários que golpeiam com punho de ferro as camadas mais pobres da sociedade. A diferença entre o tratamento dado aos manifestantes brancos pró-Trump — que à mão armada de espingardas exigiam o fim do confinamento — e a brutalidade policial contra aqueles que hoje saem às ruas é abismal.

Se o polícia que asfixiou Floyd foi acusado de homicídio involuntário — e não apenas removido de seu posto, como inicialmente se pretendia —, foi graças à massiva mobilização que se ergueu por todo o país. Mas trata-se somente de um gesto que foram obrigados a fazer nestas circunstâncias, numa tentativa de refrear a crescente indignação. A questão é que a luta deve continuar, aumentar o seu alcance e também a clareza dos seus objetivos, que não podem ser senão a completa depuração da polícia de elementos reaccionários, que devem ser expulsos e punidos exemplarmente — algo que, em muitos casos, levará à dissolução destes corpos tal como existem actualmente em muitos municípios e cidades, devido ao seu carácter corrupto e racista. Os departamentos de polícia devem estar sob o controlo das comissões de moradores e das organizações da classe trabalhadora, começando com os sindicatos, grupos sociais e comunitários, como o próprio Black Lives Matter e muitos outros, que estão na vanguarda da luta pelos direitos democráticos e contra o racismo.

Esta medida deve ser complementada com um programa para aumentar os salários para 15 dólares à hora; com a implementação imediata da saúde e educação públicas, gratuitas, universais e de qualidade; com a reforma integral dos bairros pobres, dotando-os de casas dignas e das necessárias instalações sociais e culturais; com transporte ecológico, gratuito e de qualidade; e com a aprovação de um subsídio federal de desemprego, para todos os trabalhadores desempregados, de 2.000 dólares por mês até que encontrem emprego.

Esta é a forma eficaz de combater a catástrofe que se aproxima da classe trabalhadora e da juventude estado-unidense.

Para um partido dos trabalhadores e da juventude. Nenhuma confiança no Partido Democrata!

O aparato do Partido Democrata demonstrou mais uma vez que é um pilar do sistema e que nas suas raízes está a defesa dos interesses da classe domi-

nante. O candidato presidencial Joe Biden agradeceu ao *mayor* de Minneapolis por ter suspenso os polícias envolvidos e pediu a abertura de uma investigação! Parece que os vídeos da morte de Floyd não são prova suficiente. Com esta posição, Biden tenta esconder as suas responsabilidades na opressão sofrida por milhões de negros pobres nos Estados Unidos: sob o governo Clinton, em 1994, foi ele o autor da conhecida “Crime Bill”, que defendia a segregação no transporte escolar.

Após a renúncia de Bernie Sanders, o debate sobre a necessidade de criar um partido da classe trabalhadora e da juventude está mais vivo do que nunca. Se algo demonstrou o movimento Bernie — que teve um apoio massivo entre a juventude e amplos sectores da população negra e latina — é a inadiável necessidade dos oprimidos e oprimidas de transformar as suas vidas. As condições de opressão e desigualdade que provocaram a onda pró-Sanders só vão aumentar nos próximos meses e anos.

O surgimento do Black Lives Matter em 2016, que reuniu dezenas de milhares de activistas em todo o país, foi o desenvolvimento mais sério do movimento de libertação negro desde os Black Panthers. Os protestos contra o assassinato de Floyd bebem hoje dessa e de muitas outras experiências que influenciaram a consciência de milhões de pessoas nos Estados Unidos e em todo o mundo.

Que, em plena pandemia e crise sanitária, milhares de pessoas tenham saído às ruas demonstra a vontade e determinação da juventude e dos trabalhadores negros, e de muitos jovens e trabalhadores brancos, para que se faça justiça e acabem para sempre os assassinatos. É um movimento unificado que passa por cima das barreiras raciais, que se une por pertencer à mesma classe social: a classe trabalhadora.

Todas as organizações da esquerda combativa e de classe nos Estados Uni-

dos devem manter e ampliar esta mobilização, e tomar medidas enérgicas para criar um grande partido da classe trabalhadora e da juventude que rompa com o *establishment* democrata, com a burguesia e as suas políticas. Sanders renunciou lamentavelmente a este objetivo e ajoelhou-se perante o aparato democrata, tal como Ocasio-Cortez. No entanto, atrelar-se a Biden não é a alternativa pela qual dezenas de milhares lutam hoje nas ruas.

Um partido dos trabalhadores, que não adopte ideias ou métodos sectários, que trabalhe com audácia nos movimentos sociais e nos grandes sindicatos, que defenda uma política socialista genuína, que exponha com clareza a necessidade de nacionalizar a banca e os grandes monopólios estado-unidenses e planificar democraticamente a economia para resgatar os trabalhadores e não a plutocracia. Esta é a alternativa pela qual se luta.

Há-que fazer um chamamento a toda a classe trabalhadora e à juventude para que participem nestes protestos — organizando novas manifestações coordenadas e massivas nas principais cidades do país —, e há-que dotá-las deste programa anticapitalista e revolucionário.

Somente acabando com este sistema pode ser possível pôr fim à opressão de raça, de género e de classe. Para responder a todas estas aspirações, a classe trabalhadora e a juventude estado-unidenses, que estão a demonstrar uma força extraordinária, precisam das suas próprias ferramentas. Construir um partido operário nos Estados Unidos é uma necessidade incontornável, desde já para enfrentar esta batalha e levá-la à vitória.

Black Lives Matter!



No justice, no peace!

A luta da juventude e dos trabalhadores contra o racismo dá mais um passo em frente!

Declaração da Esquerda Revolucionária

As manifestações de dia 6 de Junho contra o racismo foram nada menos do que históricas. Mais de 20.000 pessoas marcharam só em Lisboa. No Porto pode ter chegado aos 2.000 manifestantes. Além disso, outras cidades como Faro, Beja, Braga e Coimbra tiveram também protestos contra a brutalidade policial e o racismo.

Uma revolta global como pano de fundo

Nos EUA, após o assassinato de George Floyd às mãos da polícia de Minneapolis, no dia 25 de Maio, em um contexto de brutal desemprego e de pandemia, em que os trabalhadores negros são desproporcionalmente afectados, milhares de jovens e trabalhadores levantaram-se e tomaram as ruas. A repressão não se fez esperar, instigada pela administração Trump e seguida com igual brutalidade tanto por governadores republicanos como democratas. Em várias cidades foi decretado o recolher obrigatório, que sem excepção foi desrespeitado e combatido por protestos massivos.

Este levantamento social dentro das fronteiras da maior potência imperialista mundial, como não podia deixar de ser, está a ter uma repercussão verdadeiramente internacional. No espaço de dias, os protestos estenderam-se não só a mais de 650 localidades dos EUA como a milhares de cidades pelo mundo. O rosto de George Floyd tornou-se o ícone de todas as vítimas de agressões e assassinatos policiais e racistas pelo mundo. De Montreal a Buenos Aires, do Rio de Janeiro a Londres, de Berlim a Gaza, de Paris a Tóquio, de Calcutá a Sidney, jovens e trabalhadores saíram à rua seguindo o exemplo dado pelo movimento Black Lives Matter. Em algumas destas cidades, especialmente em Paris, a dura repressão dos protestos obteve uma resposta à altura por parte dos manifestantes e houve elementos de insurreição semelhantes aos que se viram nas maiores cidades dos EUA.

Este é o pano de fundo dos protestos de 6 de Junho em Portugal: uma autêntica rebelião mundial da juventude e dos

trabalhadores contra a opressão racista.

A juventude e os trabalhadores negros na linha da frente

Mais uma vez, aquela que é uma das camadas mais pobres e racialmente oprimidas do proletariado mostrou a sua disposição para a luta respondendo a um apelo à manifestação. Em Lisboa, inicialmente convocada como uma manifestação sob a palavra de ordem “Resgatar o Futuro, Não os Lucros”, no espaço de 4 dias, o protesto foi tomado pela juventude negra e transformado numa marcha histórica contra o racismo e a violência de Estado.

As palavras de ordem reflectiram a influência dos protestos estado-unidenses ouvindo-se bem alto “No justice, no peace!” e “Black Lives Matter!”, mas recordaram também as vítimas de assassinatos racistas e da brutalidade policial em Portugal. O homicídio do jovem cabo-verdiano Luís Giovanni e as agressões a Cláudia Simões pela PSP da Amadora foram relembrados e exigiu-se justiça. Milhares e milhares de pessoas, sobretudo jovens, seguiram a juventude negra, animados por um sentimento de solidariedade de classe contra todas as vítimas de racismo em Portugal, nos EUA e em todo o mundo.

Esta é a força da nossa classe: a união por cima de divisões racistas e nacionalistas. É esse o exemplo que nos chega dos EUA e que é replicado instintivamente nestas manifestações. Num momento em que a classe trabalhadora é atacada com *lay-offs* e despedimentos em massa, este exemplo de combatividade e união servirá certamente de inspiração para as próximas lutas.

O contra-ataque do Estado burguês

Perante uma massa humana que excedeu largamente as expectativas quer dos organizadores quer da polícia, a atitude das forças repressivas do Estado pautou-se pela discrição. Em Lisboa, no percurso da manifestação, que desceu a Avenida Almirante Reis em direcção ao Terreiro do Paço, a presença policial foi numericamente baixa e pouco musculada. O corpo de intervenção foi colocado nas ruas laterais, contrariamente ao que aconteceu em manifestações anteriores.

Este comportamento das forças

repressivas do Estado está longe de representar uma epifania anti-racista ou sequer uma concordância com as exigências dos manifestantes. Revela antes a cautela da classe dominante perante a força da manifestação e no contexto de uma revolta mundial contra o racismo. Por isso, a polícia em vez de intimidar e reprimir foi obrigada a deixar as ruas serem tomadas.

A reacção e ataque a estas manifestações deu-se fora da rua, através da comunicação social burguesa. Utilizando como destaque um cartaz (possivelmente manipulado) que dizia “Polícia bom é polícia morto” todos os meios de comunicação, todos os comentadores burgueses, todos os partidos de direita e a própria PSP lançaram uma campanha virulenta de vitimização da polícia, de desvalorização dos manifestantes e de silenciamento das suas reivindicações.

Esta tentativa para descredibilizar todo o movimento tem como alvo os sectores mais recuados da classe trabalhadora branca e da pequena-burguesia. Os elementos mais reaccionários da burguesia e do aparelho de Estado procuram agitar a sua base social como forma de manter a super-exploração da força de trabalho imigrante e negra.

Enquanto marxistas nunca igualamos a reacção do oprimido à violência do opressor. A classe trabalhadora e a juventude negra, que é brutalizada diariamente nos bairros da periferia e nos locais de trabalho, tem todo o direito de se revoltar e auto-defender contra os seus opressores, tal como está a acontecer nos EUA.

A luta dos trabalhadores negros é a luta contra o capitalismo

A mudança qualitativa operada na manifestação de 21 de Janeiro de 2019, quando cerca de 200 jovens negros da periferia subiram a Avenida da Liberdade, confirmou-se definitivamente no dia 6 de Junho. Existe uma nova camada da juventude negra de classe trabalhadora que entrou decisivamente na luta política. E entrou com toda a força e potencial revolucionários constituindo-se neste momento como vanguarda da juventude trabalhadora.

Em Janeiro de 2020 escrevíamos: “Que este potencial continue a ser criminosamente despreza-

do pelas actuais direcções da esquerda e da maioria do movimento operário, tomadas por reformistas pequeno-burgueses que focam toda a sua atenção no parlamento e afins, é, em última instância, irrelevante. A juventude e os trabalhadores negros não ficarão à espera de ninguém”.

As últimas mobilizações vieram confirmar esta análise. Ultrapassando as lideranças reformistas da esquerda e a própria pequena-burguesia académica negra, os jovens que marcharam por três vezes em Lisboa estão a forjar a sua consciência no terreno da luta de classes. A cada choque com o Estado burguês, a cada acto de repressão, a cada ataque racista da comunicação social, a cada nova experiência de mobilização e luta política como a de dia 6 de Junho, a juventude negra da classe trabalhadora aguça a sua consciência e dá passos na educação de dirigentes revolucionários.

A falta de ligações políticas desta camada do proletariado à esquerda e às burocracias sindicais é hoje uma grande vantagem. Livres dos preconceitos identitários e da conciliação de classes estes jovens e trabalhadores aprendem rapidamente os métodos tradicionais da classe trabalhadora — a manifestação de massas e a greve — e abraçam o programa revolucionário — criação de comités de auto-defesa e o controlo operário sobre a polícia.

O controlo das direcções reformistas e burocráticas, que actuam com um travão ao movimento dos trabalhadores, serão incapazes de alcançar vitórias durante mais uma crise do capitalismo mundial. Esse controlo não existe nesta nova camada da juventude trabalhadora que conclui rapidamente sobre a necessidade de unir todas as lutas económicas numa luta política contra a classe dominante e o seu Estado.

Essa derradeira luta pela tomada do poder só será possível com uma direcção revolucionária. É esta a tarefa do momento para a juventude de classe trabalhadora por todo o Mundo: forjar essa direcção capaz de canalizar toda a raiva e determinação acumulada por décadas de opressão e exploração capitalista para o derrube da ordem capitalista e a construção do Socialismo.

Para que mais nenhum de nós seja levado pelas mãos da polícia fascista: está na hora da organização e luta!



Em defesa da nacionalização dos CTT sob o controlo democrático dos trabalhadores.

Bruno Penha
Comité Executivo da
Esquerda Revolucionária

Desde o início da pandemia do covid-19 que a administração dos CTT tem não só deixado os trabalhadores da empresa à mercê do vírus, como os tem posto conscientemente em risco. Obrigou 800 trabalhadores em grupos de risco e de centros de distribuição com casos confirmados, nos edifícios do Prior-Velho e de Santa Maria da Feira, a continuar a trabalhar apesar do perigo. A criação do “Comité de Gestão de Crise” para implementar um “plano de contingência” foi uma farsa cujos principais pontos — como a entrega de um kit de proteção para cada trabalhador — nunca saíram do papel.

A comissão de trabalhadores criticou a falta de equipamentos de proteção individual e de higienização dos locais de trabalho e alertou para a necessidade de uma maior rotatividade de horários de modo a reduzir os números e cruzamento de trabalhadores. Pelo contrário, a administração reduziu os horários das trabalhadoras da limpeza, sem contratar mais trabalhadoras, e despediu 50 trabalhadores com contratos a termo.

Nada disto impediu Souto de Miranda, Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, de nomear os CTT como “talvez a melhor empresa portuguesa”, por não ter recorrido ao *lay-off*, pretendendo demarcar-se desta forma da nacionalização da empresa, a principal reivindicação dos trabalhadores. Na realidade, tal como o cancelamento da distribuição de dividendos, a rejeição do *lay-off* não passa de uma jogada de marketing dos CTT, que se preparam para negociar a renovação do contrato de Serviço Postal Universal (SPU) com o governo, prestado com cada vez pior qualidade: falharam todos os 24 indicadores de qualidade da ANACOM em 2019. Para Souto de Miranda estes eram demasiado exigentes, e

portanto irá diminuir o seu número e exigência, demonstrando uma vez mais e de forma clara que o governo do PS defende os interesses da burguesia.

“A melhor empresa portuguesa”

A actuação da administração era previsível tendo em conta o seu histórico. A estratégia adoptada pelo capital financeiro que entrou na empresa após a privatização em 2013 e 2014 tem-se limitado ao crescimento do Banco CTT. Os novos accionistas pretendiam aproveitar a confiança dos consumidores na marca e as infraestruturas existentes para espalhar as lojas do banco pelo país. Actualmente das mais de 200 lojas do Banco CTT apenas duas são autónomas das estações do correio e muitos trabalhadores que anteriormente desempenhavam funções nos serviços postais passaram a fazê-lo também ou exclusivamente para o banco. A administração tem conseguido assim usar o dinheiro público do contrato da SPU para financiar as operações do banco privado.

Estações em cuja localização não fosse rentável ter uma loja do banco foram sendo fechadas, ficando 33 concelhos sem estações de correios. Enquanto a administração se endividou para conseguir comprar por mais de 100 milhões de euros a empresa 321 Crédito de forma a expandir o portfólio do banco ao crédito automóvel, o nível de exploração dos trabalhadores intensificou-se. As contratações e os salários estão congelados há anos o que, a par com um aumento da carga horária, tem resultado num desgaste físico e psicológico dos trabalhadores com consequente aumento do número de baixas, acidentes de trabalho e reformas antecipadas.

Aos ataques sistemáticos da administração nos últimos anos e à sua criminosa actuação durante a pandemia segue-se agora uma nova onda de ataques aos direitos dos trabalhadores. Pretende congelar promoções e complementos à remuneração

impor a marcação dos períodos de férias e pagar o subsídio de refeição num “cartão de refeição” com utilização muito limitada — certamente para ajudar os restantes negócios dos accionistas. Esta foi a gota de água que fez transbordar o copo.

Novo período de luta

O enorme descontentamento dos trabalhadores pressionou os vários sindicatos dos CTT — CGTP, UGT e vários independentes — a convocarem greves conjuntas para os dias 29 de Maio e 12 de Junho. Tal como a última greve dos CTT, de Julho de 2019, convocada pelo SNTCT da CGTP, a adesão foi massiva, apesar da tentativa de boicote da empresa ao exigir serviços mínimos de 50% em alguns locais de trabalho. Mas ao contrário dessa greve, que tinha como principal reivindicação a nacionalização da empresa, a coligação com sindicatos independentes significou agora a ausência desta palavra de ordem. Os trabalhadores demonstram uma e outra vez que estão dispostos a levar a luta adiante. O que os bloqueia senão as suas direcções comprometidas com a conciliação de classes, que em vez de se apoiarem na sua combatividade fazem pactos com organizações que rebaixam as suas reivindicações?

É imperativo que face aos ataques da burguesia a CGTP, principal organização dos trabalhadores, apresente um plano de luta consequente, discutido e votado em assembleias e plenários, pois só a actividade das bases pode quebrar os bloqueios das direcções actuais. Greves isoladas não fazem mais do que cansar e desmotivar os trabalhadores, afastando-os das suas organizações. É necessário organizar greves prolongadas, criando um fundo de greve rumo a uma greve por tempo indeterminado, envolvendo as populações e utentes.

As direcções da esquerda reformista seguem a mesma política oportunista e conciliatória que as burocracias sindicais. Ao subordinarem toda a luta à sua

actuação parlamentar, cumprem o papel de sabotador, agravado pela política de apoio ao governo dos últimos anos. Estas direcções escondem dos trabalhadores que a democracia burguesa não passa de uma ditadura de classe, onde a burguesia sempre sai vencedora no final, e pretendem dizer que as vitórias se alcançam nos corredores e gabinetes parlamentares.

Pelo contrário, sempre foi através da acção colectiva na rua e nos locais de trabalho que a classe trabalhadora conquistou os seus direitos, e o trabalho parlamentar só faz sentido na medida em que faça avançar a organização e consciência da nossa classe. Ao renegarem esta função estas direcções não fazem mais que ser sistematicamente barradas pelos partidos da burguesia nos seus esforços vão, jogando um papel de manutenção e legitimação do sistema capitalista.

Nacionalizar os CTT sob controlo operário

Assim se explica que no início deste ano a esquerda parlamentar tenha levado pela 4ª vez ao parlamento uma proposta de lei para nacionalizar os CTT apenas para que, pela 4ª vez, tenha sido chumbada pelos partidos à sua direita.

Mesmo que tal proposta passasse, uma nacionalização controlada pelo Estado burguês, ou seja, subjugada aos interesses da burguesia, não seria nunca uma garantia de protecção dos trabalhadores perante a nova crise capitalista e a onda de ataques brutais aos nossos direitos. A nossa segurança, a melhoria das nossas condições de trabalho, a gratuidade dos serviços e a contratação de novos trabalhadores rumo ao pleno emprego apenas serão garantidos com nacionalizações controladas pelos trabalhadores e que englobem todos os sectores essenciais da economia — em primeiro lugar a banca, para que seja possível financiar este plano.

Em todos os passos que der neste sentido a classe trabalhadora encontrará uma fortíssima oposição da burguesia. Por isso é indispensável uma frente unida de todas as organizações dos trabalhadores em torno deste programa de forma a traçar um plano de luta combativo com o qual a classe trabalhadora possa defender os seus interesses mais imediatos nos locais de trabalho mas também derrubar o capitalismo e acabar definitivamente com a exploração.





“É a altura de todos os trabalhadores da saúde se juntarem na luta pelo SNS.”

Entrevista a uma enfermeira durante a pandemia.

O esforço e a capacidade técnica de todos os trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde (SNS) contribuiu para a contenção da pandemia em Portugal. Arriscando a vida na linha da frente estão os enfermeiros, auxiliares e médicos do SNS.

Há que dizer que estes trabalhadores não precisam de ser chamados de “heróis” por aqueles que accionaram a requisição civil contra a greve dos enfermeiros, que aprovaram orçamentos do Estado austeritários ano após ano e mantiveram o subinvestimento crónico do SNS enquanto canalizavam recursos para empresas privadas.

A *Centelha* entrevistou Joana*, enfermeira sindicalizada no SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, afeto à CGTP) e actualmente a trabalhar num Hospital da Área Metropolitana de Lisboa.

* Nome fictício.

A *Centelha*: Como foi a tua experiência dos últimos anos, enquanto trabalhadora de um sector em luta?

Joana: No curso já vinha acompanhando a luta, que dura há muitos anos, mas quando comecei a trabalhar, há cerca de dois anos e meio, consegui perceber na prática porque se luta pela contratação de mais profissionais para o SNS, pelo aumento do salário e pelo descongelamento das carreiras — que estão congeladas há mais de uma década. Participei nessa onda de greves, que acabou há cerca de um ano, quando conseguimos o pagamento extra para os enfermeiros especialistas. Percebi nessa altura que os enfermeiros estavam muito motivados para a luta e para tentar melhorar as nossas condições, mas que depois, no final, sentimo-nos traídos pelos sindicatos porque a única vitória foram os benefícios alcançados para os enfermeiros especialistas, um sector residual dentro da

profissão. Desistiram do resto do pessoal, fazendo o “jeito” à geringonça.

AC: Fala-nos um pouco da experiência quotidiana de uma enfermeira, na linha da frente do combate contra esta pandemia.

J: Teve várias fases. Primeiro houve uma desvalorização da pandemia, depois mudou-se a abordagem quando se percebeu que ia efectivamente chegar cá e que tínhamos que estar preparados. Eu acho que nos preparámos melhor do que alguns países. No entanto ninguém estava preparado, muito menos o nosso SNS, que tem pouco investimento, e muito do orçamento é transferido para os privados. Esta política manteve-se durante a pandemia — o Ministério anunciou que se o SNS não chegasse iriam pagar camas no privado. O meu hospital recebeu exclusivamente doentes com COVID-19. Foi efectuada uma remodelação e treino específico mas não se deu o *boom* que se

esperava. Muitos enfermeiros ficaram então sem turnos ou com poucos doentes por turno. Houve má organização, porque ao mesmo tempo havia enfermeiros noutros serviços a fazer turnos extra, e isso também se reflectiu na remuneração ao fim do mês. Devido aos salários baixos, os turnos são uma parte importante do salário. Com menos turnos, acabas por ganhar menos horas de qualidade, o que implica perdas de remuneração significativa, tal como aconteceu com outros trabalhadores da saúde.

AC: Todos os hospitais têm os meios de tratamento necessários?

J: A falta de condições e a falta de material já aconteciam antes da pandemia. Os hospitais têm contratos anuais com as empresas de material, e especialmente quando os contratos estão a acabar, há muita falta de material. Quando chegou a pandemia, todo o material e equipamento de protecção individual foi en-

caminhado, e bem, para os serviços de infecção e para os que tinham doentes com COVID-19. Mas em relação às máscaras, por exemplo, chegámos a ter de usar a mesma máscara o turno inteiro. Ou era assim, ou no dia seguinte não tínhamos máscara. Agora já há, e pelo menos eu não sinto essa falta de material, mas no início foi complicado. Acho que o SNS não estava preparado para isto, e só teve tempo para se preparar porque não tivemos um *boom* de casos. Se tivéssemos chegado ao estado a que chegou Itália teria sido bem pior! Não temos camas suficientes, não temos profissionais suficientes, não temos investimento suficiente no SNS.

AC: Que diferenças de condições de trabalho existem entre os vários hospitais?

J: Existem regras diferentes entre cada centro hospitalar, mas em termos de remuneração é tudo igual. O problema é que há certos hospitais que têm pessoal a recibos verdes. Eu tenho colegas meus no Hospital São Francisco Xavier, a recibos verdes. Um hospital público! Nos hospitais privados e PPP's os enfermeiros começam por ganhar menos, mas depois têm progressão de carreira e começam a ganhar mais do que no público. Em termos de equipamentos, meios auxiliares de diagnóstico, etc., há mais condições nesses hospitais que, por serem privados, têm mais investimento. Nos hospitais públicos do interior penso que é ainda pior por terem menos investimento. Já os hospitais universitários, como o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, o Santa Maria, e o de Coimbra, que são centros universitários, acabam por ter mais condições devido ao ensino e à investigação.

AC: Como difere a tua experiência enquanto enfermeira portuguesa de outros colegas de outros países europeus?

J: Nós, enfermeiros portugueses, somos muito bons e temos muito boa formação. Há muitos países em que a formação é muito mais técnica e a nossa abrange várias áreas e somos muito bem vistos lá fora. Principalmente em Inglaterra, há muitos enfermeiros portugueses. Têm muito melhores condições para trabalhar noutros países porque se ganha muito mais, há muito mais equipamentos, são muito mais reconhecidos do que aqui. Em Inglaterra é capaz de ganhar 2 mil euros a fazer o mesmo que se faz aqui, mas com muito melhores condições. Além disso, há progressão de carreira, e aqui eu trabalho há dois anos e ganho o mesmo que uma colega minha que trabalha há vinte. É injusto.

AC: Qual a opinião entre o pessoal hospitalar relativamente ao papel desempenhado pelo sector privado da saúde durante esta pandemia?

J: Depende muito da visão política das pessoas. Ou seja, há colegas que concordam que se o SNS não tem capacidade, há que recorrer aos privados e pedir ajuda, mas pagando aos privados. E depois há a minha óptica: não vamos dar dinheiro aos privados! Se precisamos tanto daqueles hospitais, principalmente durante a pandemia, então tinham sido nacionalizados. Não podemos é continuar a dar dinheiro aos privados através de cheques para cirurgias ou com consultas pagas...são milhões de euros. A pandemia foi mais uma desculpa que tiveram para



pôr dinheiro nos privados. Mas entre os meus colegas ainda depende muito. Há gente que mantém a visão que os privados são dos proprietários e que o Estado não tem direito nenhum de se apropriar e usufruir deles. Muitos ainda vêm a nacionalização como um extremismo.

AC: E relativamente ao governo?

J: A ideia que eu tenho é que ficaram com uma boa imagem. Não chegámos ao ponto de Espanha nem de Itália. Não tivemos os serviços sobrelotados com doentes de COVID-19 e agora estão a conseguir voltar aos poucos ao normal, que nunca vai ser um verdadeiro normal. Mas o que eu acho é que isto aconteceu porque não houve o *boom*, e as pessoas até têm noção disso. A imagem que passou foi de que o Costa e o governo conseguiram fazer as coisas minimamente bem. Mas ninguém gosta da Ministra da Saúde, Marta Temido, nem da Directora da Direcção-Geral de Saúde, Graça Freitas, porque andavam sempre a dizer informações contraditórias. Diziam que o pico ia ser no final de Maio, depois que seria no início de Junho, mas afinal depois já tinha passado e tinha sido em Março. Podiam não ter dito nada se não tinham a certeza daquilo que estavam a dizer. Isso fez com que muita gente saísse de casa.

AC: Que papel estão a desempenhar os sindicatos e associações profissionais do sector nesta pandemia? É suficiente?

J: Há muitos sindicatos de enfermagem e que andam há muito tempo a lutar pelo sector, mas mantêm uma perspectiva de não unificação e de conflito entre eles. Por exemplo, cada vez que um marca uma greve, o outro não marca. Nes-

ta pandemia, acho que finalmente se adquiriu mais consciência daquilo que os enfermeiros valem, o quão importante é o SNS, e que se devia investir mais. Os enfermeiros estão a ganhar consciência de que agora devíamos lutar por mais financiamento e por melhores condições.

Não sei como é que os sindicatos irão encarnar esta vontade. Se como uma boa hipótese de voltar a marcar passo ou se para voltar à luta, até porque o PCP e o BE saíram da geringonça embora continuem amarrados a uma política de conciliação de classes com o PS. O SEP fez muito pouco no passado e não sei se o irá fazer agora, mas eu acho que é uma ótima altura para lutar. A consciência dos trabalhadores da saúde e dos enfermeiros acho que aumentou e sabem que precisamos de melhores condições para trabalhar. Ficou provado o risco que todos nós corremos a ir trabalhar todos os dias, com família e filhos em casa — pelo menos o subsídio de risco temos de ganhar. Mas não sei se os sindicatos vão estar ao nosso lado. Há muita gente que depois destes anos todos a lutar sem termos conseguido quase nada já desistiu dos sindicatos e perdeu a confiança. Tenho um colega que, se aparecer pessoal do sindicato lá no serviço, nem fala com eles. Está completamente descrente nos sindicatos. Andámos em greves e a perder o nosso dinheiro sem conseguirmos quase nada. Como se tem visto ultimamente nas lutas dos enfermeiros, tem havido muita coisa feita à revelia dos sindicatos — através da Ordem por exemplo. Queriam colocar a política fora da luta e fazer apenas lutas sectoriais, pela enfermagem, sem “esquerdas nem direitas”. Mas isto aconteceu porque os sindicatos e o SEP em particular não coordenou acções de luta, porque não se uniu quando a UGT tentou lutar pelos enfer-

meiros também. Em vez de se juntarem e fazerem a luta com eles, separaram-se, argumentando que se encontravam em conversações com o governo. Na última greve que houve da função pública não houve um único sindicato de enfermagem a aderir. Ainda por cima eram da CGTP. Não sabiam dizer quais eram os serviços mínimos, nem sequer tinham feito pré-aviso de greve.

AC: Que reivindicações achas que os trabalhadores da saúde devem levantar para combater a crise sanitária e a degradação do SNS?

J: Mais profissionais de saúde, mais equipamentos e condições nos próprios hospitais, há uns que estão praticamente a cair, aumentar a remuneração de todo o pessoal da saúde e impedir que o dinheiro vá para os privados. Acabar com as PPP's, com os cheques das consultas e das cirurgias, porque todo o dinheiro que é transferido para os privados, se fosse investido no público, conseguiríamos colmatar as falhas. Acho que esse é o principal problema. Toda a gente precisa do SNS, como se viu agora. Nem os mais ricos foram para os hospitais privados. Portanto viu-se que não precisamos dos privados para nada. Devia nacionalizar-se os hospitais privados, ou, pelo menos, as PPP's. Acho que é uma boa altura para todos os enfermeiros e todos os trabalhadores do SNS se juntarem e fazerem uma luta conjunta pelo SNS. Acho que podemos trabalhar nisso porque agora estamos com outra consciência. Percebem que estamos todos no mesmo caminho, independentemente de serem médicos, enfermeiros ou auxiliares. Estamos todos nas mesmas condições e temos todos de lutar pelo mesmo.

O MACHISMO VOLTA A MATAR!

No passado dia 22 de Maio, Beatriz Lebre, de 23 anos, trabalhadora no Colombo e estudante universitária, foi brutalmente assassinada por um homem de 25 anos à bastonada, como resposta à rejeição de um relacionamento amoroso. O seu corpo, escondido pelo assassino, só foi encontrado uma semana mais tarde, no rio Tejo, junto a Santa Apolónia.

Beatriz foi mais uma vítima mortal do machismo e do ódio misógino. Transformada em objecto de prazer masculino, perdeu a vida por ter recusado esse papel. Desde 2005, ano em que se iniciou o registo, mais de 540 mulheres foram vítimas de femicídio em Portugal. E a situação tem piorado nos últimos anos. Agora, com o eclodir da crise económica, a situação das mulheres trabalhadoras e pobres torna-se ainda mais precária.

Está claro que a ideologia por detrás desta morte não é apenas do assassino, mas de todo o sistema capitalista, que continua a dividir a humanidade em linhas de género, assim explorando e oprimindo as mulheres trabalhadoras duplamente. Não é por acaso que mais de 90% das vítimas de violência doméstica, ou seja, da violência feita em contexto familiar ou “amoroso”, são mulheres.

A forma como o femicídio tem sido tratado pela comunicação social burguesa deixa isto claro. Uma parte, mais discreta, tratou a notícia de

mais uma mulher assassinada como um simples caso de polícia. O seu silêncio sobre o machismo deste crime é ensurdecidor. A outra parte, mais estridente e sensacionalista, vende-nos uma trágica “história de amor”, procurando lucrar com a morte de Beatriz da forma mais obscena e, pelo caminho, reforçando todo o machismo que resulta nesta e em tantas mortes.

Para estes papagaios do capital, foi “amor doentio” e “ciúmes” o que levou ao femicídio. Pior ainda, fazem todo um esforço de humanização do agressor, desumanizando a vítima, apresentando-a como “objecto amado” e relegando-a para segundo plano. Repugnante! Não se trata de amor, mas de misoginia, de ódio às mulheres!

O sistema capitalista não pôde até hoje nem poderá jamais acabar com esta chaga da sociedade de classes. A burguesia não pode abdicar do trabalho doméstico que recai esmagadoramente sobre as mulheres de classe trabalhadora. Muito menos pode abdicar do modelo de família burguesa como unidade económica básica, em que o homem é o chefe de família, saindo de casa para ganhar o sustento, enquanto a mulher deve cuidar da casa, dos filhos e dos velhos. Que outra forma para absorver o desemprego massivo gerado a

cada nova crise? Que outra forma de poupar milhões em serviços públicos como creches, lares, lavandarias ou cantinas públicas? Afinal, há que salvar os accionistas do Novo Banco, da TAP, da Brisa, etc.

E o que esperar da justiça burguesa? Recordemos o juiz Neto de Moura, com a sua Bíblia e o Código Penal de 1886. Recordemos os constantes arquivamentos, as penas suspensas, a constante desvalorização da violência contra as mulheres. A justiça burguesa é benevolente com os agressores machistas porque ser dura com eles ameaçaria o equilíbrio de todo este sistema. Terá a burguesia melhor maneira de manter as mulheres trabalhadoras e pobres “no seu lugar” do que instigando no maior número possível de homens trabalhadores e pobres um sentimento de superioridade face às mulheres, tornando os homens da nossa classe nos carrascos da outra metade dentro de cada família? A violência contra as mulheres tem profundas raízes na sociedade de classes (raízes que recuam a tempos anteriores ao próprio capitalismo), e é por isso que não alimentamos qualquer ilusão na justiça burguesa, que será, por necessidade impreterível, contra os trabalhadores, será contra os oprimidos, será machista e racista.

Precisamos de uma esquerda combativa, com um programa de classe que garanta a todas as mulheres o direito a uma vida independente, segura e digna! Exigimos a condenação de todos os responsáveis de crimes contra as mulheres, com o saneamento de todos os polícias e juízes que com a sua actuação protegem os agressores. Exigimos o controlo democrático da justiça pelas organizações da classe trabalhadora. Exigimos saúde e habitação gratuitas, públicas e de qualidade para todas as vítimas de violência doméstica. Trabalho com direitos, um salário mínimo de 900€ e subsídio de desemprego por tempo indefinido. Exigimos uma rede pública de creches, lares, lavandarias e cantinas que liberte as mulheres do trabalho doméstico, transferindo-o para a sociedade como um todo, socializando-o.

A nossa revolta tem de fazer-se luta: só a organização colectiva pode pôr fim ao machismo, pôr fim ao capitalismo, construir uma sociedade nova: o socialismo!

Queremo-nos vivas, livres e combativas!



@SindEstud
@SindicatoDeEstudantes
sindicatoestudantes.net
sindicatoestudantes2017@gmail.com